ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL/RIMA, REFERENTE AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA FÁBRICA DE CELULOSE DA EMPRESA CRPE HOLDING S.A., CELULOSE RIOPARDENSE E ENERGIA, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2014, NO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.

Aos três dias do mês de julho de 2014, às 19 horas, no Ginásio de Esportes Rosa Mosso, no município de Ribas do Rio Pardo, foi realizada a Audiência Pública de apresentação do Relatório de Impacto Ambiental da Fábrica de Celulose da empresa CRPE Holding S.A. Celulose e Energia. A Audiência Pública teve início com a palavra do mestre de cerimônia, Josiel Quintino dos Santos que cumprimentou a todos e, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC e do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, tinha a honra de receber a todos para a Audiência Pública de apresentação do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, referente ao Licenciamento Ambiental da empresa CRPE Holding S/A, Celulose Rio Pardense e Energia. Informou que a audiência é composta por dois blocos: no primeiro, serão feitas as apresentações do empreendimento e do Relatório de Impacto Ambiental/RIMA e, após um breve intervalo, o segundo bloco com os debates. Para presidir a mesa diretora da Audiência Pública Senhor Quintino convidou o Senhor Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul/ IMASUL, no ato representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, Senhor Carlos Alberto Negreiros Said Menezes. Para compor a mesa convidou também: Senhora Simone Tebet, Vice-Governadora do Estado de Mato Grosso do Sul; Senhor José Domingues Ramos, Zé Cabelo, Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo; Senhor Adalberto Alexandre Domingues, Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo; Senhor Ladimir Pellizzaro, Diretor da CRPE Holding S/A; Senhora Délia Villamayor Javorca, Chefe do Escritório Regional do IMASUL de Três Lagoas e Coordenadora da equipe de EIA/RIMA do IMASUL; Senhor Kleib Henrique Fadel, Coordenador da Equipe de Tecnologia de Estudos Ambientais da Poyry Tecnologia Ltda. Formada a mesa, o mestre de cerimônia convidou a todos para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro. Após, Senhor Quintino registrou e agradeceu a presença das seguintes autoridades que se fizeram anunciar no cerimonial: Deputado Federal Geraldo Resende; Deputado Estadual, Eduardo Rocha; Deputado Estadual, Márcio Monteiro; Prefeita Municipal de Três Lagoas, Márcia Moura; Senhor Marcos Martins de Brito, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Vereadores representantes da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo: Rose Codognatto, Lucineide Friosi, Célia Pinto, Joaquim dos Santos Oliveira, Ângelo da Silva, Adão Coene, Justino Machado Nogueira, Dioni Erick e Cláudio Lins. Registrou, ainda, as presenças das seguintes autoridades: Senhor Silas José, Prefeito Municipal de Água Clara; Paulo César Lima Silveira - Paulo Tucura - Vice-Prefeito de Ribas do Rio Pardo; Senhor Júlio César Cabreira, Secretário de Finanças de Ribas do Rio Pardo; Senhora Célia Regina Scarpan Ramos, Secretária de Saúde de Ribas do Rio Pardo; Marileide de Oliveira Taveira Brum, Secretária de Assistência Social; Senhor Jorge Hartelsberger, Secretário Municipal de Obras; Senhora Marlene Guarda, Secretária de Indústria e Comércio e Turismo de Ribas do Rio Pardo; Senhor Mário Augusto Vissoto, Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente de Ribas do Rio Pardo. A seguir, convidou o Senhor Pedro Mendes Neto, Presidente da mesa diretora da Audiência Pública, para as palavras de abertura. Inicialmente, ele cumprimentou todos os presentes e, em

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Carlos Alberto Negreiros Said Menezes, declarou aberta a presente Audiência Pública que visa apresentar a todos o empreendimento Fábrica de Celulose CRPE Holding - Celulose Rio Pardense e Energia, bem como, o Relatório de Impacto Ambiental, síntese do Estudo de Impacto Ambiental, apresentado para compor o licenciamento ambiental do empreendimento. Cumprimentou o Prefeito Municipal e, em nome dele, todos os presentes. Lembrou que a mobilização da população para participação na Audiência Pública foi realizada, tanto pela Prefeitura Municipal, quanto pela equipe de Educação Ambiental do IMASUL. Explicou que a Audiência Pública é um instrumento do licenciamento de grandes empreendimentos ou de empreendimentos de grandes impactos e faz parte da transparência do licenciamento, do princípio da publicidade, em trazer, da forma mais correta possível, a informação à sociedade que vai estar próxima do grande empreendimento e, fazendo uso da audiência e dos seus mecanismos de debate, possibilitará que as impressões da comunidade, as críticas e as sugestões apresentadas, possam ser observadas no processo do licenciamento ambiental pela equipe do IMASUL que analisa a proposta de licenciamento. Por isso, ressaltou, a importância da presença de todos e da participação nos debates no segundo bloco. Mas, continuou, para que a participação seja bastante profícua, é importante também muita atenção nas apresentações do empreendedor e do Relatório de Impacto Ambiental que será feita no primeiro bloco. A seguir, fêz uma breve leitura da Resolução Sema nº 4 de 1989, que regulamenta a realização da Audiência Pública no processo de licenciamento ambiental no estado de MS, destacando alguns dos principais artigos. “As atividades ou empreendimentos, que no processo do licenciamento estiverem sujeitas a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, poderão ser submetidas à realização de Audiências Públicas. A audiência tem como objetivo divulgar informações, recolher opiniões, críticas e sugestões dos segmentos da população interessados na implantação de determinados empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou modificadores do meio ambiente, com o fim de subsidiar a decisão quanto ao seu licenciamento. Além do mediador e secretário da mesa, comporão a mesa de trabalhos, representantes do empreendedor, da equipe multidisciplinar que elaborou o Relatório de Impacto Ambiental e Secretaria de Estado de Meio Ambiente, podendo ser convidados a integrar a mesa de trabalho, autoridades municipais da área de influência do empreendimento. A função do mediador será exercida pelo Secretário de Estado ou seu representante. A convocação da audiência será publicada no Diário Oficial, em jornal de grande circulação no local onde será realizada, com a antecedência mínima de cinco dias úteis. Iniciada a audiência, o mediador exporá as regras segundo as quais esta se processará, passando a palavra ao representante do empreendedor para a apresentação do projeto, pelo período de 20 minutos, seguindo-se a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental pela equipe multidisciplinar que o elaborou, pelo período de 30 minutos. Será distribuído aos presentes, folheto explicativo do procedimento da audiência, listando os principais impactos ambientais do projeto, assim como, as medidas mitigadoras propostas. Será concedido igualmente, período de 20 minutos para manifestação do representante do órgão, da instituição pública, do poder público, ou entidade privada responsável pela convocação da Audiência Pública. Terminadas as apresentações, o mediador fará um intervalo de 15 minutos possibilitando ao secretário da mesa acolher as perguntas para a participação no debate. Os participantes poderão formular questões à mesa, através do preenchimento de formulário próprio, com a devida identificação, clareza e objetividade. O tempo destinado aos debates, será igual à soma dos tempos anteriormente fixados, coordenado pelo mediador, levando em conta o número de questões inscritas, a duração da sessão e o

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

tempo necessário aos esclarecimentos, podendo prorrogar a sessão por mais uma hora ou convocar segunda e única sessão em nova data, no prazo de uma semana. Encerrada a reunião, o secretário providenciará a lavratura da ata que ficará à disposição dos interessados no Departamento de Licenciamento da Secretaria de Estado. Feitos esses destaques da Resolução, Senhor Pedro ressaltou que todos os presentes foram convidados a assinar a folha de presença, receberam o folder com as explicações do procedimento da audiência, listando os impactos, bem como, um exemplar do formulário de perguntas e, havendo necessidade de formular mais de uma pergunta, é só solicitar mais formulários à equipe do cerimonial. Continuando, solicitou que todos deixassem os celulares desligados ou no modo silencioso, de forma a não interromper as apresentações que se seguiriam, bem como evitar as conversas paralelas. A seguir, Senhor Pedro informou a mecânica que será adotada no momento dos debates: será feita a identificação do autor da pergunta para verificar se ele está presente no plenário. Se ele estiver se ausentado, a pergunta não será lida, será considerada prejudicada, mas fará parte do processo de licenciamento do empreendimento e será considerada na análise dos técnicos do IMASUL. Senhor Pedro esclareceu também que, tanto ele como Délia, responsável pelo Escritório Regional do IMASUL em Três Lagoas, estão presentes na audiência para a condução dos trabalhos, não sendo autorizados a responder perguntas, as quais deverão ser direcionadas ao empreendedor e à equipe que elaborou o Relatório de Impacto Ambiental. Feitas essas considerações, restituiu a palavra ao cerimonial para dar sequência à audiência. Senhor Quintino convidou o Diretor da CRPE Holding S.A., Senhor Ladimir Pellizzaro, para o seu pronunciamento. Inicialmente, em nome da empresa, ele agradeceu a presença de todos e a oportunidade de apresentar o projeto do empreendimento e, tanto ele como os seus companheiros, podem responder a todas as questões dos presentes. A seguir, o mestre de cerimônia convidou o Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, Senhor José Domingues Ramos - Zé Cabelo, para seu pronunciamento. Inicialmente, ele saudou a Vice-Governadora do Estado de Mato Grosso do Sul, Simone Tebet, externando o seu prazer em recebê-la, Pedro Mendes, representante do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Doutor Ladimir, diretor da CRPE, Senhor Kleib, da Pöyry, o Presidente da Câmara, Vereador Betinho, Senhora Délia, do IMASUL de Três Lagoas, elogiando o trabalho dela naquele município, Deputados Geraldo Resende, Eduardo Rocha, Márcio Monteiro, Vice-Prefeito, Paulo Tucura, Secretários Municipais, demais Vereadores presentes, a população em geral e visitantes do município. O Prefeito ressaltou o seu enorme prazer em receber os empreendedores, juntamente com os técnicos do IMASUL, para a presente Audiência Pública de apresentação do grande empreendimento que pretende se instalar em Ribas do Rio Pardo. Ele agradeceu a presença de todos e, em nome da população de Ribas do Rio Pardo, do poder Executivo, do poder Legislativo, agradecer o empreendedorismo dos empresários, estando de braços abertos para recebê-los, dando a contribuição necessária, assim como também tem a certeza de que os empresários farão em relação ao município. Ele agradeceu a atenção, informando que depois se dirigiria a todos de uma forma mais especial. Dando continuidade à audiência, o mestre de cerimônia convidou o Deputado Estadual, Márcio Monteiro para o seu pronunciamento. Inicialmente, ele cumprimentou os cumprimentou os companheiros da mesa, Prefeito Zé Cabelo; Vice-Governadora Simone Tebet; Vereador Betinho, Presidente da Câmara de Vereadores; Délia, profissional competente e criteriosa do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul; Senhor Ladimir, que representa a CRPE, o grupo que vem se instalar no estado; o representante da empresa que realizou os estudos de impacto do empreendimento; os Deputados Geraldo, Eduardo Rocha; Prefeito Silas, de Água

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

Clara; Prefeita Márcia, de Três Lagoas. Ressaltou que o momento é de muita expectativa pela importância de um empreendimento dessa grandeza, e magnitude para o estado. Como defensor do Mato Grosso do Sul, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, social mas, acima de tudo, de um desenvolvimento sustentável, sendo ele a sua grande preocupação. Por isso, continuou, estava presente para testemunhar também, os estudos que serão apresentados, tendo a certeza de que são trabalhos extremamente competentes. Mais uma vez, em nome do Doutor Pedro, cumprimentou todos os técnicos do IMASUL presentes na audiência, ressaltando a importância do momento. Aos empreendedores, continuou, quer dar o seu testemunho de que o Mato Grosso do Sul tem a grande expectativa de mais um empreendimento desta categoria no estado, sabendo da necessidade e da importância de, cada vez mais, estabelecer esse segmento no Mato Grosso do Sul. Como Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, ressaltou que está atento a todas as ações que se referem às questões ambientais. Finalizou o seu pronunciamento, desejando uma boa noite a todos. Novamente com a palavra, o mestre de cerimônia pediu permissão às autoridades da mesa para quebrar o protocolo e convidar o Senhor Adalberto Alexandre Domingues, Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo, para também fazer uso da palavra**.** Inicialmente, ele cumprimentou a população de Ribas do Rio Pardo; o Prefeito Zé Cabelo e, em seu nome, cumprimentou todas as autoridades da mesa; os Deputados Geraldo Resende, um grande parceiro de Ribas do Rio Pardo; Márcio Monteiro; Eduardo Rocha, Prefeito de Água Clara, Silas José; a Prefeita de Três Lagoas, Márcia. Informou que no dia anterior todos os Vereadores de Ribas estiveram reunidos na Câmara de Vereadores, para assistirem a uma pequena, mas muito importante apresentação do projeto tão importante para Ribas do Rio Pardo. Ressaltou que ele, particularmente, ficou até lisonjeado com a apresentação do técnico Fadel, da empresa Pöyry, explicando o que significaria a Audiência Pública, o impacto ambiental da instalação de uma indústria tão poderosa como a que vai se instalar em Ribas do Rio Pardo. Ressaltou que havia conversado com a Vice-Governadora Simone Tebet, no início da audiência, quando ela falou da experiência que viveu em Três Lagoas, que se desenvolveu muito depois da implantação da Fábrica de Celulose no município. Registrou a ausência do Governador do Estado, André Puccinelli, que teve o papel fundamental de trazer esta grande indústria para Ribas do Rio Pardo, lembrando também da grande parceria da Senhora Tereza Cristina, que esteve à frente da Secretaria de Produção/ SEPROTUR, por sete anos e quatro meses, no mandato do atual governador. Desejou uma boa audiência a todos os cidadãos riopardenses, esperando que todos façam os seus questionamentos, ressaltando que o momento é agora. Ele registrou as presenças do Delegado de Polícia Civil de Ribas do Rio Pardo, Doutor Rafael, do Comandante da Polícia Militar de Ribas do Rio Pardo, Maximi, do Doutor João, Engenheiro da empresa, do Senhor Antônio Alkimim, que também esteve presente na reunião da Câmara de Vereadores. Encerrou o seu pronunciamento, desejando boa audiência a todos. A seguir, o mestre de cerimônia convidou o Deputado Estadual Eduardo Rocha para fazer uso da palavra. Inicialmente, ele cumprimentou todos os presentes e, em nome da Vice-Governadora, Simone Tebet, cumprimentou todas as autoridades da mesa. Ressaltou que o que está acontecendo, no momento, em Ribas do Rio Pardo, é o sonho de mais de cinco mil cidades no Brasil, porque não existe uma cidade que não sonhe em ter o momento como o que está acontecendo em Ribas do Rio Pardo. Ressaltou que, em Três Lagoas, ele e a Prefeita Márcia Moura sonharam com esse momento e ele aconteceu e os dois sentiram, naquele município, a força do desenvolvimento de uma fábrica de celulose. Dirigindo-se ao representante da CRPE, Senhor Ladimir, enfatizou que Mato Grosso do Sul será a capital mundial da celulose, o que

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

trará emprego e desenvolvimento para o estado, e principalmente, mudará a história de Ribas do Rio Pardo. Desejou a todos, principalmente à Secretaria de Meio Ambiente, uma grande audiência, ao Prefeito Zé Cabelo e ao Presidente da Câmara. Ressaltou, mais uma vez, que esse projeto é um sonho de todas as cidades do Brasil mas que Ribas do Rio Pardo foi escolhida. Finalizou o seu pronunciamento parabenizando a todos e, principalmente, a Ribas do Rio Pardo e a Mato Grosso do Sul. Dando continuidade à audiência, o mestre de cerimônia convidou o Deputado Federal Geraldo Resende para o seu pronunciamento. Ele ressaltou a sua felicidade, como cidadão, de estar participando dessa festa, mesmo que seja uma Audiência Pública, mas que é uma festa de uma cidade que vai ter uma história, antes e depois da implantação da fábrica. Citou o exemplo de Três Lagoas e de várias outras cidades do país que sonham com empreendimentos dessa magnitude**. O** Deputado parabenizou o empreendedor, representado na audiência pelo Senhor Ladimir, o Doutor Pedro que está conduzindo, o Governo do Estado, que fez todos os esforços para que a audiência pudesse estar acontecendo. Em nome da Vice-Governadora Simone Tebet, parabenizou a todos aqueles que construíram esse sonho, um sonho coletivo, e que ele também ajudou a cidade, nesse momento, porque ela enfrentou vários desafios para poder recepcionar uma indústria desse tamanho; precisa de estruturas grandes, porque, só no período da construção, dez mil trabalhadores serão precisos. Cerca de oito a dez mil trabalhadores só para erguer a indústria, em torno de 30 meses. O município também precisa de vários investimentos para atender o montante de empregos que serão gerados logo após o início do processo industrial. O Deputado enfatizou que se soma ao Prefeito Zé Cabelo, à Câmara de Vereadores e com outros parceiros na busca de recursos. Lembrou a sua participação na construção do hospital, da rodoviária, saneamento básico, esgoto, pavimentação asfáltica dos bairros Estoril e Monte Alegre. Ressaltou que essas contribuições fazem a diferença e mostram o carinho que ele devota à cidade de Ribas do Rio Pardo. Enfatizou que o Prefeito e todos os cidadãos riopardenses podem contar com ele para enfrentar os desafios que possam surgir com a vinda da indústria que, daqui há 30 meses, estará funcionando. A seguir, o mestre de cerimônia convidou a Vice-Governadora do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhora Simone Tebet, para seu pronunciamento. Inicialmente, ela cumprimentou todos os presentes, o Pedro Mendes, mediador da mesa e a Délia, representantes do IMASUl, agradecendo o Prefeito Zé Cabelo e o Paulo Tucura, pelo convite e, em seus nomes, cumprimentou toda a população de Ribas do Rio Pardo, os técnicos, através do Senhor Vicente da Holding, responsável pelo projeto e, em nome do Senhor Adalberto, cumprimentou os vereadores e as vereadoras, ressaltando que nada é feito no município, sem a decisão final, definitiva da Câmara dos Vereadores, enquanto poder legislativo e representante da população de Ribas do Rio Pardo. Enfatizou que não está na audiência como Vice-Governadora, mas como uma amiga de Ribas do Rio Pardo, a convite do Prefeito e do Vice-Prefeito, que gostariam que ela estivesse presente para falar à população de Ribas do Rio Pardo o que esse investimento representa, quais são as coisas boas e ruins, ressaltando que têm coisas melhores que piores, e piores do que melhores. Enfatizou o seu prazer em estar presente naquele momento, dizendo que estava passando um filme pela sua cabeça, relembrando Três Lagoas, quando foi eleita Prefeita em 2004, assumindo em 2005, quando tinha muito o que ser feito no município. Informou que a cidade tinha um comprometimento muito grande de dívida que era o dobro, praticamente o total da receita anual do município, tendo dificuldade financeira. Informou que o que salvou Três Lagoas foi a industrialização, sabendo que alguns são a favor, outros contra o progresso e que cada um tem o direito de pensar de forma diferente, mas que vivenciou uma realidade da cidade de Três Lagoas, antes e depois da industrialização, e que, atualmente, é uma cidade

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

transformada graças à industrialização.. Lembrou que uma das grandes indústrias que chegou a Três Lagoas, e que transformou radicalmente a situação econômica e social do município foi a fábrica de celulose. A Vice-governadora lembrou um pouco a trajetória de seu pai, Ramez Tebet, desde quando ele foi eleito Prefeito de Três Lagoas, em 1975, quando já se falava de reflorestamento, citando a Chamflora, a Champion, na época um sonho que não havia dado certo, até que chegou a primeira fábrica de celulose em Três Lagoas, explicando o que isso significou e significa para Mato Grosso do Sul. Primeiro, continuou, a região de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, toda a região, é uma das mais propícias para o plantio de eucalipto porque, enquanto na Rússia se leva 30 anos para o eucalipto ficar pronto, madeira, celulose e papel, na China 21 anos, nos Estados Unidos, 14, 12, dependendo da região um pouco menos, em Mato Grosso do Sul e em mais duas regiões do Brasil, o eucalipto fica pronto em menos de 7 anos. Em relação à China, continuou, o Brasil pode ter três produções e mais de quatro em relação aos Estados Unidos. A Senhora Simone Tebet falou do aspecto negativo em toda essa questão que é a grande carga tributária mas que existe um diferencial em Mato Grosso do Sul, sendo o estado que tem um dos melhores incentivos fiscais do Brasil, concedendo até noventa por cento de isenção tributária às indústrias que se instalam no estado. Explicou que o estado troca impostos por empregos e que só no período da construção, seriam pagos em tributos, algo em torno de 200, 300 milhões de reais para os governo federal, estadual e municipal, mas graças a uma medida provisória em nível nacional e a legislação do estado, as indústrias ficaram isentas do pagamento de grande parte dos tributos no período de construção. Ressaltou que a vinda das fábricas para Mato Grosso do Sul, deve-se a um conjunto de esforços de todos, do governo federal, estadual, da insistência, persistência do governo municipal junto com a Câmara de Vereadores, dos Deputados na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal em Brasília. Por isso, continuou, agradecia a presença dos Deputados Geraldo Resende, Márcio Monteiro e Eduardo Rocha, porque é o conjunto do esforço de todos que está propiciando este momento. A seguir, voltou a falar de Três Lagoas, após a industrialização. Informou que uma fábrica de celulose, menor que a que está sendo proposta, para Ribas do Rio Pardo, teve um impacto econômico muito grande no município aumentando em 300% a sua economia, significando que esse recurso não vai para os cofres municipais, para o Prefeito fazer obras, porque o que triplica, e o que é mais importante, é o dinheiro que circula na sociedade, no comércio do município e isso já acontece a partir do momento em que a fábrica começa a se instalar. Falou do aumento da população, porque serão quase 10 mil homens no pico da construção, por isso a razão da audiência pública, para mostrar quais são os lados positivos e os negativos. Inicialmente, continuou, o empreendedor vai mostrar a que veio, o valor do empreendimento, o que está propondo para sociedade, depois o governo do estado, através do IMASUL, apontará principalmente, os impactos negativos na questão ambiental, e depois será discutida a questão social. Informou que, na questão ambiental, o governo está cobrando do empreendimento a mitigação, ou seja, que ele suporte o impacto de forma a não causar problema ambiental para a população, como ruído, poluição de água, tudo sendo colocado, esclarecido e buscado a solução. Em relação à questão da ação mitigatória na área social, continuou, a participação da sociedade é decisiva. Em Três Lagoas ela se reuniu com o Corpo de Bombeiros, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com a Associação do Rotary, Lions, Maçonaria, com o Sindicato de Professores, com os Servidores Públicos, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para que eles pudessem ajudá-la a dizer o que se queria de mitigação, de retorno para suportar o impacto da fábrica, citando como exemplo: creche, escola, posto de saúde, viveiro, na área rural, na recuperação de estradas. E, continuou, Ribas do Rio Pardo vai ter o momento certo, a oportunidade de

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

colocar todas estas questões para o empreendedor. A Vice-governadora ressaltou que é importante mostrar alguns números porque, apesar dos aspectos negativos, o que às vezes assusta, existem muitos pontos positivos: o desemprego zera e o PIB, que é a soma de toda riqueza do município, em Três Lagoas, em 2006, de um bilhão anual, foi para 2 bilhões em 2010, de 17.400 empregos formais nas indústrias o número subiu para 29 mil, a média salarial, em 2006, era de R$675,00 subiu para R$1.427,00, que era o salário industrial na época, já por conta da outra fábrica de celulose. Atualmente, continuou, o salário industrial passa de R$2.400,00. Ela ressaltou que, em Ribas do Rio Pardo tem que se considerar que será apenas uma fábrica, mas o importante não é só o pleno emprego, mas o quanto o trabalhador vai ganhar mais com isso. Por fim, falou das exportações que Três Lagoas exportava, apenas, 12 milhões de dólares, passou em 2010, para 676 milhões de dólares, um aumento de mais de 400% de, apesar de que uma parte desse recurso acaba vindo em forma de impostos para os cofres do município, pagos pelas empresas que estão chegando, que podem ser aplicados em mais asfalto, mais drenagem, mais escolas, mais creches, mais postos de saúde, mais casas populares e daí por diante. Ela colocou-se à disposição do Prefeito, não como Vice-Governadora, mas como uma grande entusiasta do processo de industrialização do estado, entendendo que, através da indústria, se transformará Mato Grosso do Sul numa grande potência, porém nunca esquecendo do campo, do grão, da carne. Enfatizou que poucos são tão beneficiados quanto os produtores rurais, o homem do campo, porque irá aprender que, além da floresta, é possível fazer um consórcio, principalmente dos assentamentos, o pequeno agricultor, o médio agricultor que, às vezes, quer plantar 30, 40, 50, 20 hectares e pode fazer um consórcio de floresta com o boi, de floresta com apicultura, de floresta com a ave, vendo que não existe melhor negócio no Brasil que esse. Ela encerrou o seu pronunciamento enfatizando que, não apenas 5 mil municípios gostariam de estar na posição de Ribas do Rio Pardo, conforme falou o Deputado Estadual Eduardo Rocha, porém, mais de 5mil e 600 municípios gostariam de ocupar essa posição. Ela enfatizou que será um grande investimento do estado, com uma floresta de mais de 8 bilhões de reais e que nem no estado de São Paulo encontra-se esses investimentos.. No aspecto positivo, pode-se cobrar, criticar, exigir, colocando-se à disposição para o que for preciso, para que Ribas do Rio Pardo continue tendo, daqui para frente, cada vez mais uma melhor qualidade de vida. Dando continuidade à audiência, o mestre de cerimônia **c**onvidou as autoridades da mesa diretora para assumirem seus lugares na plateia para melhor assistirem às apresentações. Antes, porém, convidou novamente o Prefeito de Ribas do Rio Pardo, Senhor José Domingues Ramos, Zé Cabelo, para fazer uso da palavra, uma vez que ele foi o solicitante da Audiência Pública. Inicialmente, ele cumprimentou o Prefeito Silas, de Água Clara; a Prefeita Márcia Moura, de Três Lagoas, os Deputados Geraldo Resende, Eduardo Rocha, Márcio Monteiro e todas as demais autoridades que ele já havia cumprimentado em sua primeira fala, visitantes e a população de Ribas do Rio Pardo. Ressaltou que o momento é muito importante e histórico para o município e agradeceu, principalmente, os empresários, que pretendem implantar a indústria de celulose em Ribas do Rio Pardo. Mais uma vez agradeceu ao Pedro Mendes e a Délia, pela condução da Audiência Pública e á equipe de mobilização do IMASUl. Enfatizou que o que está acontecendo é o começo de um novo tempo para Ribas, começando uma nova vida para a economia do município. Informou que seria exibido um filme sobre a situação atual do município de Ribas do Rio Pardo. Após a exibição do vídeo, o Prefeito Zé Cabelo esclareceu que está trabalhando pelo município, acompanhando e atendendo todos que chegam ao município.. Agradeceu, mais uma vez, aos empresários Ladimir e Vicente e toda a equipe da CRPE e também aos Senhores Antônio Alckimim e João

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

Paulo, da Eucalipto Brasil, que vêm desenvolvendo um trabalho de geração de emprego e desenvolvimento para o município de Ribas do Rio Pardo. À população do município esclareceu que está atento a todas as questões; na qualidade de vida da população, na busca das compensações ambientais para que os recursos sejam investidos em Ribas e esperando que todos questionem, coloquem sua idéias. Solicitou uma salva de palmas ao governador por tudo o que ele está fazendo pelo estado e pelo município de Ribas do Rio Pardo. Mais uma vez, agradeceu a todos pela presença. Dando continuidade à audiência, o mestre de cerimônia convidou o Senhor Vicente Conte Neto, diretor da CRPE Holding S/A. para fazer a apresentação. Inicialmente, ele agradeceu, em nome da CRPE, toda a população, as autoridades presentes aos membros do IMASUL, todos os colaboradores na CRPE e da Eucalipto Brasil, que são fundamentais no processo de implantação da fábrica, a Pöyry, no processo de licenciamento do empreendimento, esperando que a apresentação fique o mais claro possível e, caso contrário, estará à inteira disposição para esclarecer todas as dúvidas da melhor maneira possível. Através de "data show" iniciou a apresentação, propriamente dita: CRPE significa Celulose Rio Pardense e Energia, que é uma empresa criada em 2013, tem sede em São Paulo, é uma empresa produtora de florestas, com viveiros próprios, empresa de terra, e agora será uma empresa de celulose assim que conseguir licenciar a fábrica. A estrutura societária é composta da CRPE Holding que detém, a companhia Rio Pardo e a Eucalipto Brasil e ele é um dos dois diretores da empresa, diretor financeiro e administrativo e toda a sua formação é financeira; Ladimir Pellizzaro é outro diretor da empresa, diretor técnico operacional, com mais de 30 anos no mercado de papel e celulose. Continuando, mostrou um quadro com a evolução da produção de celulose no Brasil que, em 2012, era de quase 14 milhões toneladas, em 2013 já chegou a um pouco mais de 15 milhões de toneladas para um consumo de, aproximadamente, 5.8 milhões de toneladas no Brasil. Toda essa diferença, continuou, entre consumo e produção, é destinada à exportação que é o objetivo da empresa, produzir e exportar celulose. Outro quadro mostra o consumo mundial de celulose de fibra curta, que em 2015 terá um consumo de quase 35 milhões de toneladas esperando que, em 2025, chegue a um pouco mais de 40, quase 45 milhões de toneladas. Ele explicou que é um incremento de consumo de 10 milhões de toneladas representando quase um milhão de toneladas por ano, de necessidade de adicional de produção para atender o consumo, e é exatamente nessa posição que a empresa quer se posicionar. A seguir, mostrou os mercados para onde serão destinadas as exportações brasileiras de celulose:1/3 das exportações irão para a China, e a tendência de longo prazo é que esse percentual seja ainda maior; outro terço irá para a Europa, para o bloco europeu, e o outro terço irá para a América do Norte, sendo que, majoritariamente, para os Estados Unidos. Outro quadro mostra a produtividade florestal do Brasil, quando comparada a outros países e, atualmente, o Brasil tem uma média de 44 m³ de hectares por

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

ano, que é o IMA, tendo a possibilidade de chegar no potencial de 70. Informou que o Uruguai, que é um país muito produtivo, atualmente, tem 25, bem como o Chile, e a Indonésia, que é um país tido como produtivo, tem 20. Em relação ao potencial produtivo e florestal, para produzir um milhão de toneladas, a Escandinávia precisa de 220 mil hectares de floresta plantada; a península ibérica de 300 mil, e o Brasil precisa de 100 mil hectares plantados, sendo que no Mato Grosso do Sul, no projeto em pauta, para produzir um milhão de toneladas são necessários 80 mil hectares. A seguir, explicou o porquê de ter escolhido o município de Ribas do Rio Pardo para implantar a fábrica de celulose: primeiro, as condições favoráveis para produção florestal e industrial, do ponto de vista ambiental; segundo, muito importante, são as extensas áreas disponíveis para o plantio e áreas muito próximas do entorno da fábrica fazendo com que o custo e a produção sejam ainda melhor que o raio médio de distância das florestas para a fábrica, que é muito pequeno e a tendência é que se tenha o menor raio médio do mundo para uma indústria de celulose, não superando 50 quilômetros; e o terceiro ponto, muito importante, é a situação logística da cidade que é muito bem servida, tanto de rodovia para escoar, para receber matéria prima florestal, que é a madeira, quanto para escoar celulose através de ferrovia e isso tudo já está pronto. Outro ponto ambiental muito importante, continuou, mostrando em um mapa, a região que é destinada para florestas, pelo estado, no zoneamento ecológico, sendo que Ribas do Rio Pardo é o terceiro maior município em extensão territorial, com toda sua disponibilidade de área para floresta, bem como Água Clara. Informou que a empresa vai se concentrar nesses dois municípios para a produção florestal. A seguir, falou da situação da empresa CRPE atualmente: a empresa já possui 67 mil hectares de área, já plantados 32 mil hectares, possui viveiros em Andradina e um viveiro de ambientação em Ribas do Rio Pardo; todo o projeto vai demandar 180 mil hectares de floresta. Explicou que, quando a empresa estiver com 180 mil hectares plantados, serão necessários dois mil funcionários diretos, só na parte florestal. A seguir, mostrou fotos do viveiro em Andradina, e dos caminhões que transportam as mudas de Andradina para Ribas do Rio Pardo, onde são ambientadas e depois plantadas. Continuando, mostrou outro quadro, explicando que na côr vermelha, são as áreas que já estão plantadas pela empresa, a área da fábrica, o município de Ribas, que está a 9 quilômetros de distância da fábrica Na côr azul, são as áreas que serão plantadas e a BR 262, sentido Três Lagoas e o sentido Campo Grande, e o desenvolvimento das novas áreas para se chegar nos 180 mil hectares. A seguir, falou da fábrica, objetivo do licenciamento e da presente audiência: estará localizada em Ribas do Rio Pardo, junto à rodovia 262, km 220, a uma distância de 9 km da cidade. Um canal ferroviário ligará o pátio da CRPE até a ferrovia; a produção de celulose vai sair

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

do pátio por um ramal até encontrar a ferrovia e aí, direto para o porto de Santos; o ramal ferroviário faz parte do projeto. Mostrou a entrada e a saída de água da fábrica e como ela será captada e devolvida ao rio da melhor forma possível. Sobre a capacidade da fábrica, explicou que ela vai começar produzindo 2.2 milhões de toneladas/ano, sendo a maior fábrica individual do Brasil. O início das obras será em 2015, assim que as licenças forem emitidas e o início da produção está previsto para 2018 e o investimento necessário, só para a parte de fábrica, são 4 bilhões de reais. A fábrica terá 1300 funcionários diretos, entre a parte florestal e a fabril serão pouco mais de 3mil funcionários diretos na empresa. Sobre a logistica, continuou, todo fornecimento de madeira e de insumos, a fábrica será servida pela Br 262, que já está pronta, precisando de muito pouco investimento para que ela supra toda a necessidade da fábrica**.** A maior parte da produção será vendida para a China e Europa. Terminou a sua explanação esperando que ela tenha sido clara, colocando-se à disposição para todos os esclarecimentos que possam ser necessários. Continuando os trabalhos, o mestre de cerimônia, Senhor Quintino, convidou o Senhor Kleib Henrique Fadel, Coordenador dos Estudos Ambientais elaborado pela Poyry Tecnologia Ltda. , para sua apresentação. Inicialmente, ele cumprimentou a todos, agradecendo a presença. Explicou que tentaria fazer a sua apresentação o mais rápido possível. mas é importante apresentar os resultados do trabalho como um todo. Parabenizou o município de Ribas do Rio Pardo, por receber um empreendimento tão importante. Sua apresentação, continuou, será sobre os estudos ambientais e será focada em informações gerais, na caracterização do empreendimento, no diagnóstico ambiental, nos programas recomendados pelo EIA e na conclusão dos estudos. Em termos de informações gerais, continuou, para que serve um EIA/RIMA? O EIA/RIMA é estudo ambiental feito por uma equipe multidisciplinar, com vários profissionais da Pöyry e que tem como objetivo avaliar a viabilidade da localização do empreendimento. Ele atende a legislação, tanto a nível Federal, Estadual quanto municipal, informando a comunidade sobre o empreendimento e serve como um instrumento da gestão ambiental. Informou que o trabalho foi feito por uma empresa de consultoria de origem finlandesa chamada Pöyry Tecnologia que está há mais de 40 anos no Brasil, no setor de celulose e papel, possuindo cerca de 600 profissionais e também é responsável pelo projeto em análise. Nos últimos anos, ressaltou, a Poyry tem licenciado várias empresas no setor de celulose e papel. Com exemplo, citou a Eldorado que recebeu a Licença de Instalação para 4 milhões de toneladas em Três Lagoas; a empresa também desenvolveu estudos ambientais na Klabin Ortigueira, no Paraná; na Braxcel, em Tocantins; na Lwarcel, no estado de São Paulo/ na Fibria, em Três Lagoas. A Poyry já obteve a Licença de

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

Instalação para 3 milhões de toneladas, em empreendimentos da Suzano no Maranhão, no Piauí, mostrando uma experiência vasta no Brasil como um todo. Nos últimos cinco anos, continuou o Senhor Fadel, a empresa já licenciou mais de 15 milhões de toneladas, por ano, de produção de celulose. A seguir, citou a equipe técnica da empresa: Diretor Nilson Romualdo Hirata, presente na audiência, Coordenadores, ele e Senhor Celso e mais 5 profissionais nos últimos 6 meses, trabalhando para executar os estudos. Explicou que o estudo é dividido em volumes, sendo o volume 1, a caracterização do empreendimento, o 2 é o diagnóstico que fala do meio ambiente na região, com o empreendimento e o diagnóstico; um volume específico da análise de impactos e outros estudos complementares, citando como exemplo: estudo da análise do risco do empreendimento, estudos da dispersão atmosférica; estudo da dispersão hídrica de autodepuração dos afluentes que vão ser lançados no rio Pardo e, também, um estudo de tráfego, de águas, solo, área e ruídos, sendo um estudo organizado em mais de 1800 páginas. Informou que o empreendimento está localizado há 9 km do centro de Ribas do Rio Pardo, mostrando o rio Pardo, sentido para Três Lagoas, do lado direito e o rio Mantena. A fábrica terá uma capacidade de mais de 200 mil toneladas e uma capacidade de produzir quase 300 megawatts de energia. Desse total, a fábrica consumirá quase 150 e haverá um excedente de 140 megawatts. O consultor fez uma comparação com a hidrelétrica de Mimoso, situada também no município de Ribas do Rio Pardo, que tem uma produção de 30 megawatts; a fábrica de celulose produzirá quase 5 vezes mais energia. Além disso, continuou, também está sendo licenciado um ramal ferroviário para escoar investimento, só na parte da fábrica, de 4 bilhões. Informou que, para a construção da fábrica, durante 24 ou 30 meses, haverá um pico de mais de oito mil trabalhadores, entre pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricistas. Na fase de operação da fábrica, serão gerados ais de mil e trezentos empregos novos. A seguir, explicou o processo da fabricação de celulose: primeiro a madeira (eucalipto) é preparada, descascada, cortada em pequenos pedaços (cavacos), é levada para um grande digestor, como se fosse uma grande panela de pressão, onde é cozida e transformada numa pasta, a pasta celulósica, a qual é lavada, passada por um sistema de branqueamento e, depois de seca, já se transforma em um fardo de celulose. O Senhor Fadel enfatizou que não será produzido papel, somente a celulose. A seguir, explicou como é gerada a energia: o descascamento dos cavacos gera um excedente de biomassa, de pequenas partículas de madeira que são queimadas numa caldeira com água que, esquentada, vira vapor que se transforma em energia elétrica. Continuando a sua apresentação, o consultor explicou que o empreendimento terá um controle ambiental dos melhores, em termos do que existem disponíveis no mundo, tanto de recurso natural, quanto de controle de efluentes líquidos, das emissões

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

atmosféricas e, também, com relação aos resíduos sólidos. Será usada a mais moderna tecnologia para se gerar o menos possível de resíduos e os controles ambientais são bastante modernos e importantes. Em relação à justificativa locacional, explicou que são áreas extensas, disponíveis na região para plantio de eucalipto. No entorno do local, continuou, as terras já foram utilizadas anteriormente, não havendo nenhum desmatamento; há a possibilidade do desenvolvimento da região e a logística de transporte é favorável para o escoamento da produção, sendo considerada toda a malha de rodovia, de ferrovia, a rede elétrica, os recursos hídricos e todas as condições ambientais que levaram a escolha do local. O Consultor informou que foram analisados quatro locais potenciais: em Água Clara, em Bataguassu, e dois em Ribas e, em função de todos os fatores citados anteriormente, a opção foi por Ribas do Rio Pardo. Em termos de justificativa social, continuou, foram consideradas a qualidade e a portunidade do trabalho, a melhoria das condições socioeconômicas da região, a melhoria do PIB, IDH, saúde e educação. Em relação ao meio ambiente, explicou: foi definida uma área de estudo de 5 km no entorno do empreendimento, em função das emissões atmosféricas; mostrou uma chaminé que terá uma influência sobre uma área no entorno do empreendimento, chamada de Área de Influência Direta; foi analisada uma bacia hidrográfica, basicamente a bacia do rio Mantena e também do rio Pardo, sendo a Área de Influência Indireta ambiental do empreendimento. Em relação ao meio físico, falou sobre ruído, solo, ar e água. O consultor explicou que, para realizar o trabalho, foram feitos vários levantamentos de campo, sendo analisados o solo, a água subterrânea, a água superficial e a qualidade do ar. Foi colocada uma estação de medição de qualidade do ar na cidade de Ribas do Rio Pardo, e também medições de ruído. Para a análise da parte dos animais e da vegetação, também foram utilizados outros dados de informações secundárias e cartográficas. Em relação aos ruídos, as medições mostraram que o ruído básico está numa faixa de 40 decibéis, tanto a nível diurno, quanto noturno, significando que é uma região que não tem predominância de ruídos altos, a não ser os provenientes da rodovia e de alguma fauna noturna. O Consultor ressaltou a importância de mostrar os ruídos já existentes antes da implantação da fábrica. Na fase de implantação da fábrica, continuou, os ruídos serão em função da movimentação das máquinas e, na fase de operação, como a comunidade está a 9 km da fábrica, não será incomodada pelos ruídos provenientes do processo industrial. Mesmo assim, continuou, algumas medidas são importantes em termos de controle de ruído: implantar um programa de monitoramento; adquirir equipamentos e máquinas de baixo nível de ruídos; se possível, enclausurar algum equipamento, e implantar um cinturão verde em volta da fábrica. Em relação ao solo, foram coletadas amostras de solo e de água

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

subterrânea, sendo verificados todos os elementos contidos no solo para verificar se existe alguma contaminação, não sendo detectado nenhum parâmetro ou algum elemento que pudesse considerar como uma área contaminada. A seguir, citou alguns impactos que podem ser para que os resíduos sólidos não sejam carreados para os rios, principalmente na época de chuva. Em relação à qualidade do solo, ele pode sofrer alguns impactos se houver uma disposição inadequada de resíduos durante a operação da fábrica, mas é previsto, tanto na fase de construção, quanto na de operação, um Plano Ambiental de Construção, e um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. O Consultor considera importante destacar todos os resíduos, desde a fase de construção até à de operação, porque eles não serão levados para o município de Ribas; o empreendimento terá um local adequado, próprio, um aterro, para onde serão destinados os resíduos sólidos. Em relação ao ar, o Consultor informou que foi elaborado um Programa de Monitoramento, de Medição, nesse momento, agradeceu ao Prefeito que cedeu um espaço na Prefeitura, para a instalação dos equipamentos necessários para medir a qualidade do ar na cidade. Foi instalado, também, outro equipamento já dentro da área onde vai ser o site da fábrica. Em todos, os padrões, atendem aos requisitos de qualidade do ar, significando que o ar que todos estão respirando, é de boa qualidade não sendo encontrado nenhum problema com relação à qualidade do ar existente, atualmente, no município. O Consultor informou que no Estudo de Dispersão realizado pela consultoria, verificou-se que qualquer tipo de , aproximadamente, 3 quilômetros. O Consultor explicou que foi medido um material particulado, que são poeiras que existem no ar, e que a qualidade do ar em Ribas é de 82 e que o empreendimento vai acrescentar 0,5, chegando a um pouco mais de 82 e, segundo a Resolução CONAMA, o padrão para qualidade do ar particulado é 240 que, atualmente, é 3, aumentando 0,7 para um padrão de 360 e assim por diante. Todos os elementos que foram medidos, continuou, e mais o que será acrescentado pelo empreendimento, todos estão bem abaixo dos padrões exigidos para a qualidade do ar. A seguir, citou as medidas a serem tomadas em relação à qualidade do ar: primeiro será instalada uma chaminé de 150 metros de altura e implantados equipamentos de alta eficiência para controle de material particulado, que são precipitadores eletrostáticos; será implantado um Programa de Monitoramento das Emissões, garantindo-as abaixo dos padrões de emissão definidos na legislação; implantar o cinturão verde, também importante em termos de qualidade do ar; implantar uma rede de percepção de odor, onde serão cadastradas pessoas para informar à empresa qualquer problema relacionado a odor, no município, tendo que tomar providências para verificar se aquele odor é proveniente ou não das suas instalações. Em relação à água, o Consultor informou que o rio Pardo foi analisado em vários pontos e, também, alguns

córregos no entorno do empreendimento; após as coletas, verificou-se que a qualidade da água do rio Pardo é boa, tendo só um pouco de turbidez, lembrando que a coloração do rio Pardo é um pouco escura, mas está dentro dos padrões exigidos como a qualidade de água muito boa dando para abastecer o empreendimento. A seguir, informou a quantidade de água que o empreendimento irá consumir: o rio Pardo é como se fosse um grande reservatório de água, a sua vazão média é de 120 metros cúbicos por segundo, e a vazão mínima do rio é de 54 metros cúbicos por segundo; a fábrica vai utilizar 2.8 metros cúbicos por segundo. Então, continuou, de 54 metros cúbicos, a fábrica precisa de ao rio, a não ser a água que evapora no processo industrial. Também foi realizado um estudo de dispersão; o efluente tratado não vai ser simplesmente lançado nas margens do rio Pardo, terá um emissário que vai levá-lo até, mais ou menos, no meio do rio e ali haverá uma dispersão; terá uns difusores que lançarão o afluente, de forma que a mistura seja muito rápida em apenas 15 metros, o que atende a legislação em termos de cor, de carga orgânica; os efluentes não vão alterar, significativamente, a qualidade da água do rio Pardo. A seguir, mostrou como será feito o emissário: ele terá 50 metros onde estarão os tubos difusores, será colocado no fundo do rio de forma que a navegação seja possível, sem nenhum impedimento, sem obstrução do rio. Em termos de controle de água, continuou o Consultor, as medidas serão: desde a fase de obras, tratar o esgoto sanitário numa estação de tratamento; implantar o monitoramento da qualidade dos córregos e do rio Pardo; fazer o tratamento de efluentes com a melhor tecnologia disponível, a nível mundial. A seguir, falou sobre a vegetação e os animais: a região em torno e no local do empreendimento é uma antiga área de pastagem, mas no entorno do empreendimento, na área do estudo, foram identificados alguns elementos, algumas matas que têm uma boa significância e serão preservados, não sendo necessário nenhum desmatamento. As espécies encontradas, continuou, são: capivara, anta, perereca, pica-pau, existindo uma diversidade muito interessante na área de influência do empreendimento. A seguir, citou os impactos em relação à vegetação: primeiro, a supressão da vegetação na área da captação e do emissário e na travessia do Mantena e, para se chegar com o emissário até o rio Pardo, haverá uma travessia no rio Mantena; para se descartar um efluente no rio Pardo, terá também uma estrutura de lançamento; para retirar a água do rio Pardo também será necessária alguma supressão de vegetação, que são as áreas de preservação permanente. O consultor explicou que será feito um levantamento da vegetação que será removida para que haja uma compensação, chamada de compensação vegetal. Em relação aos animais, existe o risco de atropelamento, em função dos caminhões que vão passar na BR 262. Serão colocadas placas sinalizadoras, feitas campanhas educativas e firmado um convênio com os órgãos

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

governamentais para resgate de animais atropelados. Em relação à socioeconomia, foi verificada a capacidade de suporte da BR 262, para ver a possibilidade de sua duplicação, sendo descartada porque, atualmente, o trânsito de veículos equivalente é de 260, no futuro será de 650, mas a capacidade da BR 262 é de 1.500. Portanto, continuou o Consultor, ela tem suporte para atender o empreendimento não havendo nenhum congestionamento em função dos caminhões que passarão na BR 262 A seguir, falou sobre a cidade de Ribas do Rio Pardo, lembrando que a ex-Prefeita de Três Lagoas, Simone Tebet, já havia feito uma boa colocação em relação à população de Três Lagoas, antes e depois da industrialização do município. Atualmente, a população é de 22 mil; o IDH, tinha um índice relativamente baixo, subiu para 0,60, sendo a média do Mato Grosso de 0,73, do Mato Grosso do Sul e a do Brasil 0,73. Informou que o IDH de Três Lagoas está acima da média do Mato Grosso do Sul e do Brasil. Com a implantação do empreendimento espera-se que haja aumento no Índice de Desenvolvimento Humano e da qualidade de vida de Ribas do Rio Pardo, ficando acima da média do Mato Grosso do Sul. Em relação ao produto per capita, isto é, o quanto gera de riqueza por habitante, tende a se elevar com a chegada do empreendimento. Em relação aos impostos, o imposto rural que já existe no município também tende a se elevar, em função do parque florestal, bem como o ISS, o IPTU, em função da valorização imobiliária e o ICMS. Em relação à mortalidade infantil, Ribas do Rio Pardo, atualmente, já tem um índice de 15, a Organização Mundial da Saúde fala em 10, Três Lagoas já está em 10. Então, continuou, espera-se que o índice de mortalidade infantil também decresça no município e que, com maior arrecadação, as despesas com educação cresçam no município. A seguir, falou dos riscos que o mun icípio corre com a implantação do empreendimento: em decorrência do número de trabalhadores na fábrica, em torno de oito mil, será exigido um controle de tal forma que se consiga orientar os funcionários, para que não haja problemas relativos à prostituição infantil, drogas, doenças sexualmente transmissíveis. Como medidas, o Consultor informou que serão implantados 3 alojamentos, cada um para 2.500 pessoas, de tal forma que esses funcionários tenham nos alojamentos laser, internet, posto bancário, assistência médica, para que não haja nenhum tipo de problema mais sério no município. No término da obra, haverá um controle, um contrato com as empreiteiras, para que os oito mil trabalhadores retornem para a sua região de origem. O Consultor esclareceu que, para que as pessoas possam trabalhar na fábrica, haverá uma formação e qualificação de mão de obra, em convênios com o SENAI. Também será disponibilizada uma estrutura ambulatorial, tanto no canteiro quanto na obra, de tal forma que não dependa do município. O Consultor citou o Programa Saúde do Trabalhador, o que já havia informado sobre o alojamento e o transporte dos trabalhadores.

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

Ressaltou que os impactos socioeconômicos serão grandes: geração de empregos diretos indiretos, a dinamização da economia e o aumento da arrecadação tributária. Citou a rede de impactos econômicos: desde o transportador da madeira, do posto de combustível, do comércio, da pousada, do restaurante, da lanchonete, do hotel, isso é um impacto econômico positivo para o município. A seguir, o Consultor falou das medidas mitigadoras, além das que havia citado em relação aos alojamentos dos trabalhadores: campanha para divulgação de contratação, dando prioridade a contratação de mão de obra local; articulação com os ensinos profissionalizantes, dando preferência às empresas da região. Continuando, citou os programas recomendados pelo estudo: Programa Ambiental de Construção; Programa de Gerenciamento de Resíduos; Programa Saúde do Trabalhador; Programa de Prevenção de Risco Ambiental; Programa de Educação Ambiental; Programa de Comunicação Social; Programa de Mitigação da Interferência do Tráfico; Programa de Gestão Ambiental e Monitoramento. O Consultor ressaltou que, por tudo que foi analisado e avaliado pela consultoria, no meio físico (de qualidade do ar, ruído, solo e recurso hídrico}; as condições de vegetação, dos animais que serão preservadas; as condições econômicas e sociais, com a melhoria das condições socioeconômicas da população; os impactos positivos são extremamente importantes no contexto do município de Ribas do Rio Pardo, sendo um marco importante no desenvolvimento da cidade; a presença da CRPE no município vai incrementar o desenvolvimento da região e do estado do Mato Grosso do Sul, de forma ambiental e sustentável. Enfatizou que não havia sido identificado nenhum impacto que, na opinião da equipe, questione a viabilidade da localização do empreendimento em Ribas do Rio Pardo porque trata-se de um empreendimento sustentável, do ponto de vista econômico, social, ambiental, técnico e jurídico, contribuindo para o crescimento econômico do Mato Grosso do Sul. Por tudo isso, continuou, a implantação do empreendimento em Ribas do Rio Pardo, é viável, tanto técnica, quanto sócio ambiental e jurídica, por ser um projeto sustentável. O Consultor finalizou a sua apresentação desejando boa noite a todos e parabenizando Ribas do Rio Pardo. Dando continuidade aos trabalhos da Audiência Pública, o mestre de cerimônia, Senhor Quintino, anunciou um intervalo de 15 minutos, lembrando que o horário de retorno deverá ser rigorosamente respeitado para não comprometer os debates que ocorrerão na sequência. Informou que, à partir daquele momento, as recepcionistas estarão recebendo as fichas de perguntas, lembrando que elas deverão ser preenchidas de forma bem legível, preferencialmente em letras de forma e após assinadas e encaminhadas à mesa diretora. Terminado o intervalo, o mestre de cerimônia registrou e agradeceu a presença das seguintes autoridades que se fizeram anunciar no cerimonial: Senhor Antonio Ricardo

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

Alkmim, Gerente Geral da Eucalipto Brasil S.A.; Rafael Kenji Koshimizu, Delegado da Policia Civil de Ribas do Rio Pardo; Claudemir Aparecido Félix, Gerente Administrativo do Banco Bradesco; Jeferson Cardoso, Gerente Geral do Banco do Brasil; Olimpio Leme Neto, Gerente do Banco do Brasil; Moacir Reis, Diretor Presidente da Reflore MS; Dirceu de Gutti Vieira Filho, Gerente Regional da Terceira Região da AGESUL; Leiliane Cândida Correia, Coordenadora do LabSenai Meio Ambiente Mato Grosso do Sul; Helder Delgado, Presidente da Associação Comercial; Oswaldo Antônio dos Santos, Secretário Executivo da Câmara Setorial de Floresta/ SEPROTUR; Ricardo Tosta, Diretor da Eucalipto Brasil ; Jair Sangali, Gerente Proprietário da JS Reflorestamento; Charlton Maximilian, Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul; Valéria Cristina Veiga, Gerente de Sustentabilidade da Brasil Old Reflorestamento S.A.; Rodrigo da Silva Sabino, Gestor de Grandes Clientes da Enersul; Jorge Alencar Selem, Gestor de Grandes Clientes da Enersul; Luis Roberto dos Santos, Coordenador Técnico da AGRAER; Luiz Antônio Duarte, Gerente Comercial da MS Gás; Daniel Almeida, Vice Presidente do Rotary Club de Ribas do Rio Pardo; Luis Silvio dos Santos Menezes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo; Luis Antônio da Silva, Presidente do Rotary. Retornando às atividades da Audiência Pública, o mestre de cerimônia convidou para presidir a mesa diretora dos debates o Sr. Pedro Mendes Neto - Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL; Senhora Délia Villamayor Javorka, Chefe do Escritório Regional do IMASUL de Três Lagoas e também Coordenadora da equipe do EIA/RIMA; o Senhor Ladimir Pellizzaro, Diretor da CRPE Holding S.A.; Senhor Vicente Conte Neto, Diretor da CRP Holding S.A., Senhor Kleib Henrique Fadel, Coordenador dos Estudos Ambientais pela Pöyry Tecnologia LTDA. Formada a mesa, passou a palavra ao Senhor Pedro Mendes Neto, para fazer a leitura das regras do debate. Ele ressaltou que o momento dos debates é um dos pontos mais importantes da Audiência Pública, quando os participantes elaboram os seus questionamentos, os quais serão direcionados ao empreendedor ou à equipe da consultoria que elaborou os Estudos Ambientais. A seguir, citou algumas regras importantes para a realização do debate: conforme já havia sido explicado, os questionamentos, normalmente, são direcionados ao empreendedor ou ao consultor, podendo ocorrer que a responsabilidade pela resposta e pela adoção das medidas pode ser comum entre ambos. Então, continuou, é costume se permitir que, iniciada a resposta por um, possa ser complementada por outro. Informou que o empreendedor, presente na mesa poderá fazer uso da sua equipe, dos seus companheiros de trabalho para o esclarecimento a questionamentos específicos de áreas pré-determinadas da empresa, por exemplo, área trabalhista, área de

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

floresta, etc. Da mesma forma, continuou, o representante da equipe multidisciplinar que elaborou os estudos, poderá fazer uso e solicitar o apoio do restante da equipe no esclarecimento aos questionamentos com a maior especificidade. Feitos esses esclarecimentos iniciais, Senhor Pedro ressaltou que importante que se tenha claro que a Audiência Pública no licenciamento não é deliberativa, não é conclusiva; portanto é importante frisar a todos os presentes que nada discutido na audiência é definitivo, nada é conclusivo. Todo o discurso feito, toda a documentação apresentada na audiência é anexado ao processo do licenciamento; confrontada com documentos, com projetos ali constantes forma a opinião dos técnicos do IMASUL relativo ao empreendimento. Uma vez formada a opinião dos técnicos, continuou, é natural que ocorram solicitações de complementações de outros documentos ou de outros estudos mais aprofundados sobre este ou aquele assunto, fruto do debate e das observações de todos que vão compor o processo. Após, é dado um prazo para que o empreendedor e a equipe dos estudos façam a complementação, produzam o material de complementação, ingressem com os documentos no processo e tudo será somado para definir a decisão pela emissão da licença e as condições que terão que ser incluídas na licença. Senhor Pedro explicou que essa é a mecânica a partir da Audiência Pública, sendo importante frisar para que os participantes não saiam da audiência achando que a indústria começa a se instalar amanhã; depende muito da interlocução, da análise do que foi apresentado. A seguir, explicou os procedimentos para o debate: será feita a leitura da pergunta, a identificação do seu autor que, estando no plenário, a pergunta é lida e encaminhada para a resposta por 3 minutos. Encerrado o procedimento de resposta, continuou, é indagado ao autor da pergunta se a resposta foi satisfatória; se o autor quizer pedir uma complementação, fazer outra crítica ou um comentário sobre a resposta, será feito ao microfone que está postado à frente da mesa porque a audiência é gravada para transcrição da ata. Então, continuou, é importante que o pedido de complementação de resposta, chamada de réplica, seja feita ao microfone, por um período de 1 minuto e meio em média, sem delongar, de forma que a mesa possa complementar a resposta também pelo período de 1 minuto e meio, não se prolonga o debate naquela mesma pergunta, com outra réplica, com outra tréplica, encerra-se ali a pergunta. Se o autor desejar retomar o assunto, elabora outra pergunta, em novo formulário e encaminha a mesa. Senhor Pedro esclareceu que tal mecânica favorece o debate porque dá dinamismo e outras pessoas podem ter perguntado sobre aquele mesmo assunto, com outra ótica, com outro jeito de formular a pergunta. Feitos todos os esclarecimentos, iniciou-se o debate. 1ª pergunta, do Senhor Luís Antônio Silva, direcionada ao empreendedor. A construção da fábrica começa no primeiro ou no segundo

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

semestre de 2015? Se possível citar o mês previsto. Resposta do empreendedor, Senhor Vicente Conte Neto: "Bom, obrigado pela pergunta Luís Antônio. A resposta é que a gente espera começar a construção da fábrica no começo do segundo semestre de 2015." 2ª pergunta, do Senhor Oldair Ap. Silva, Optometrista (comércio de óptica). Não tem direcionamento para consultor ou empreendedor.: Como vai ser o impacto no trânsito de Ribas? Quais melhorias serão implantadas para o reordenamento do fluxo e sinalização para o trânsito dentro do município? Resposta do Senhor Kleib Henrique Fadel – Coordenador dos Estudos Ambientais pela Poyry Tecnologia Ltda.: "O trânsito de Ribas não deve ser alterado porque a logística não permite passar caminhão por dentro de Ribas. Vai passar pela BR. Então, vai ter uma sinalização pouco mais especial na BR, próximo ao empreendimento, da forma que minimize isso. A circulação de pessoas no município vai alterar um pouco o trânsito da cidade, mas nada que seja diretamente ligada ao empreendimento. Os alojamentos deverão ficar já na saída da cidade de tal forma que também o trânsito de trabalhadores que vão para fábrica não interfira com o trânsito dentro da cidade. Então, não tem nada aqui que seja um agravante do trânsito, ao menos das pessoas que vão circular dentro do município. A resposta para mitigação, em termos da produção, que é a madeira e transporte dos trabalhadores, é uma melhor sinalização na entrada da cidade e na entrada do empreendimento." 3ª pergunta, de Robson Velos Ribeiro, Produtor Rural, direcionada ao empreendedor: Tendo em vista o aumento do fluxo nas estradas não pavimentadas, qual a iniciativa da CRPE para manutenção e preservação dessas pistas para não prejudicar escoamento de produção, tanto da empresa quanto dos demais produtores da região? Resposta do Senhor Ladimir Pellizzaro, Diretor da CRPE Holding S.A. "Eu entendo que a maioria das estradas de influência do projeto, são estaduais, e me foi informado pelo senhor Prefeito que já existe um programa de cascalhamento de 140 quilômetros das estradas que estão dentro de influência do projeto. Outras estradas que não sejam estaduais ou que não tenham esse programa de cascalhamento serão objetos de parcerias da empresa com o município ou com o estado. Eu mesmo já participei de projetos nos quais o trânsito justificou o afastamento de parte de trechos de estradas que tinham o tráfego muito intenso." 4ª pergunta, de Antônio Jailson Rodrigues Vieira, Proprietário do Pet Shop Malucão – Representante dos Moradores do Parque Estoril, direcionada ao Consultor: Na questão do impacto negativo com o aumento do tráfego na região: A BR 262 inaugurada em 1987, onde ela não se encontrava no perímetro urbano. Hoje temos um grande índice de acidentes. Com a chegada da empresa é possível mudanças para que possa diminuir o índice de acidentes? Resposta do Consultor: "Bom Antônio, obrigado pela pergunta. Conforme nós mostramos, a celulose vai ser levada da fábrica através de ferrovia, mas os caminhões de

madeira, insumos, alguns insumos que são levados para a fábrica, vêm da região de Três Lagoas, mas onde tem um movimento maior na BR, será em função dos caminhões de madeira. A capacidade, hoje, da BR 262 é grande, o trânsito atual é relativamente pequeno, em função da capacidade que ela tem, com o incremento que são os caminhões que vão chegar na BR, vão aumentar o número de caminhões, a BR tem todo o suporte, não vai ser necessário, por exemplo, uma duplicação. Para os riscos de atropelamentos, haverá como medida mitigadora, o controle da velocidade dos caminhões, que são todos com GPS, de uma forma que não possa ceder, tem os procedimento, por exemplo, não pode formar comboio de caminhão um atrás do outro, tem que ter uma distância entre eles. De tal forma que vai ser orientado aos motoristas, direção defensiva de tal forma que se consiga minimizar qualquer tipo de risco de atropelamento de pessoas na rodovia; então, algumas medidas como essas vão ser importantes para minimizar o risco de acidentes e de atropelamentos.” O Senhor Antonio Jaisson manifestou-se ao microfone: “Boa noite. Assim como eu estava olhando no vídeo que vocês estavam mostrando. E, hoje, aproximadamente 280, 268 veículos transitam em nossa BR, correto? “ Resposta do Consultor: "É, esses são veículos equivalentes, um veículo normal é um veículo de passeio, um caminhão é equivalente a 6 veículos.” Manifestação do Senhor Antonio Jaisson: “Eu estou dizendo assim, o que acontece, com a implantação da fábrica, vai vir mais ou menos em torno de 5 mil a 8 mil pessoas e vai ter um número maior de veículos na nossa cidade. A BR foi construída em 1987, não existia o Parque Estoril. Estou aqui representando os moradores do Estoril, porque teve um aumento de acidentes na rotatória ali do boi na entrada de Ribas. Então, de 2015 a 2018, calculo eu, que vai ter um fluxo de 868, vai triplicar o número de veículos. O que acontece? Eu tenho uns projetos aqui para que possa melhorar a rotatória para estar diminuindo a velocidade, porque lá é uma meia lua, então o que acontece? O pessoal, a maioria não diminui a velocidade, então ele passa no perímetro urbano com excesso de velocidade. Fazendo uma rotatória complementar, do jeito que eu bolei no projeto, vai diminuir o nível de acidente porque o que acontece, muitos estudantes, pessoas leigas também, que moram lá no Estoril, que frequentam o centro, então o fluxo, eu vejo assim que a preocupação é o numero de acidentes que nós temos hoje e com a chegada da empresa pode aumentar, e de repente pode haver uma contrapartida com o DNIT, para ver se há possibilidade de estar melhorando o fluxo porque a gente trafega a BR todos os dias, assim eu acho que vai trazer um impacto de acidente maior, se não tomar uma providência, uma medida mais pensada através do DNIT.”. Manifestação do Consultor: “Se o senhor puder deixar com a gente esse material, a gente encaminha pro DNIT, porque o DNIT que é o órgão responsável para fazer rotatórias etc., na BR, ele que gerencia isso

tudo. Mas a gente, com bom grado, a gente pode levar ao conhecimento deles e é uma coisa que eles podem estudar." Senhor Antonio agradeceu. 5ª pergunta, de Erika Gonçalves Camargo, direcionada ao empreendedor: Qual é o percentual que a fábrica pretende pegar de trabalhadores de Ribas do Rio Pardo? Resposta do empreendedor: "Nosso objetivo é que a gente consiga empregar o maior número de empregados possíveis de Ribas do Rio Pardo, e para isso a gente vai investir em treinamento e capacitação e os empregados capacitados vão ser priorizados para serem empregados na cidade; é claro que para os cargos e ocupações que a gente não tem alocação, a gente vai buscar em outras cidades. Mas a prioridade vai ser Ribas do Rio Pardo." 6ª pergunta, de Elizandra Carolina Godoy, Estudante de Engenharia Civil, direcionada ao empreendedor: São duas perguntas. 1-Quais os órgãos de fiscalização do impacto sobre o empreendimento? 2-E em relação aos estudantes universitários, quais serão as oportunidades oferecidas pela empresa? Resposta do empreendedor: "Bom, obrigado pela pergunta. Acho que os dois órgãos mais importantes de fiscalização da CRPE vão ser o IMASUL, em toda a parte de cumprimento das normas ambientais que a gente vai ter que cumprir, e o Ministério do Trabalho. Em relação à pergunta sobre os estudantes de faculdade e estudantes de escola técnica, a gente vai ter um programa de estágio, para a gente estar trazendo estes estudantes e treinando e, então, com o tempo, incorporando eles no nosso quadro de colaboradores. Acho que é basicamente através de programas de estágios. " 7ª pergunta, de Luiz Roberto dos Santos, Servidor Público Estadual. A pergunta foi considerada prejudicada porque o seu autor não estava presente na plenária. 8ª pergunta, de João José Araújo, Maygra-estração de resina, direcionada ao empreendedor: Qual a responsabilidade da empresa com o meio ambiente, principalmente a fauna e a flora? O Consultor, Senhor Fadel, respondeu a pergunta: "Eu vou ajudar a responder. Então, com relação à fauna e flora existe o Programa de Monitoramento de Fauna. Quer dizer, aquele que eu tinha mostrado para vocês que existem espécies importantes, principalmente de animais na região e isso tudo tem que ser preservado. Então, como que é feito isso? É feito através de monitoramentos, são campanhas que fazem o levantamento dos animais da região, isso tudo é mostrado periodicamente, sendo levantados em diversas épocas e de tal forma que se verifica se há algum tipo de ocorrência de diminuição de espécies, tanto da implantação da fábrica, quanto da operação. Em termos de flora, o que existe é um levantamento que é feito quando há alguma supressão de vegetação, isso é compensado se houver algum tipo de retirada de algum elemento de árvore, Isso é compensado de acordo com as regras do IMASUL. Então, esses são os cuidados específicos que vão ser tomados com vegetação e os animais da região." 9ª pergunta, de Juliana Lopes Martins, Bióloga, direcionada ao Consultor: O Programa de Monitoramento de

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

Fauna contempla o resgate e o monitoramento diário na área diretamente afetada? Resposta do Consultor: "Existe esse Programa de Monitoramento de Fauna como eu falei. Agora existe Programa do Resgate de Fauna Atropelada. Então, como é este programa do resgate de fauna atropelada? Todo dia há uma inspeção de Ribas até onde vai ser a fábrica, onde tem o maior trânsito de caminhões e verificando se existe algum tipo de animal atropelado. Se houver algum tipo de animal atropelado, ele será transportado até Campo Grande, onde tem um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres onde são tomados todos os cuidados especiais para que seja reabilitado o animal atropelado. Basicamente é isso que é feito." A Bióloga Juliana manifestou-se ao microfone: "Boa noite. Mas eu queria saber diretamente na área do empreendimento, se haverá algum acompanhamento na área do empreendimento, não na BR." Resposta do Consultor: "Então, na área do empreendimento, o que nós temos hoje é muito pouca vegetação nativa, essa vegetação nativa, até pelo formato do layout, a gente vai evitar suprimir. Então, nessa vegetação nativa que, porventura tenha algum adensamento mais isolado, vai ser feito o monitoramento. Vai se verificar as espécies que têm hoje, inclusive, já até fizemos um levantamento periodicamente e vai se continuar fazendo o levantamento da fauna que existe lá. Não é para ter nenhum tipo de problema em termos de preservação dessas espécies. É claro que, durante a fase de obra, algumas espécies se afugentam, porque você está lá terraplanando, e tal. Essas espécies podem se afastar e depois podem retornar. É uma época que tem que ser monitorado, verificado. Vamos dizer que é uma época que tem maior probabilidade de afugentamento de fauna. No restante, todo o empreendimento na área de influência dele, não é para ter nada muito específico, a fauna toda é para ser preservada. Ademais, como você demonstra isso? Monitorando. Agora, dentro do empreendimento, como eu falei, as espécies que estão ali, o layout vai fazer com que não haja supressão. Onde tem algum tipo de vegetação, onde existem animais, é mais perto do rio, onde haverá alguma estrutura da captação e do emissário, onde haverá algum tipo de supressão de vegetação pode, isoladamente, perturbar alguns animais. Só nessa fase de obra mesmo que têm esse tipo de problema." Manifestação da Bióloga Juliana: "Na fase de obra então vai ter monitoramento diário, e após é só semestral ou anual? Que é o programa de monitoramento." Resposta do Consultor: "Não seria bem diário. O que eu falei é que o monitoramento de fauna atropelada é diário, o monitoramento de fauna na área do empreendimento não vai ser diário, vai ser numa periodicidade mais curta, que nós estamos ainda definindo. Não sei se o Eduardo quer complementar com alguma coisa." Complementação da resposta pelo Senhor Eduardo Martins, Biólogo da Poyry: "Juliana boa noite, boa noite a todos. A questão do monitoramento de fauna ocorre no momento em que ocorre a supressão de

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

vegetação, mesmo que seja em área de pasto porque você tem os indivíduos, que são indivíduos com deslocamento reduzido que nós falamos; então, você pode ter algum réptil, alguma cobra e esse monitoramento é feito já na fase de implantação. Quando começarem os trabalhos de terraplanagem, tem que ser feito um acompanhamento antes do trabalho de terraplanagem ok? Para fazer esse resgate, e é um resgate simples, você pega o animal e coloca em outro lugar que não vai ter intervenção ok? Durante essa fase de implantação, você tem a movimentação das espécies então, é por isso que o monitoramento ocorre, não necessariamente diariamente, mas em um período de acompanhamento para ver se tá tendo pegadas no entorno de onde você está fazendo a implantação da fábrica. Ir naquelas regiões onde existe um pouco mais de mata; então, realmente ali você tem um monitoramento mais trimestral para ver como é que está acontecendo e também da fase de supressão para passar as tubulações. Por ser uma área de pasto, não tendo supressão de vegetação, não há necessidade de que faça monitoramento diário. Então, essa é a questão. Respondi?"10ª pergunta. De Ademir Luiz Guarda, Pecuarista – Rotary Club , direcionada ao o Consultor. É sabido a ocorrência de casos, como odor na cidade de Três Lagoas e outros exemplos extremos como na cidade de Correia Pinto em Santa Catarina. Como a CRPE vê essas ocorrências? E quais as possibilidades dos odores indesejáveis chegar até a cidade de Ribas e o balneário Mantena? Resposta do Consultor: "Bom, é bela pergunta e ele está certo. Já teve um caso de ocorrência de odor na cidade de Três Lagoas e de fábricas de celulose que estão dentro do município. Uma operação normal da fábrica não é para ter odor, muito menos no município, principalmente localizada a 9 quilômetros, de operação normal, não é para ter esse tipo de odor. Todos os gases que possam dar algum odor, só para vocês saberem um pouco, quando você está lá cozinhando a madeira acho que todo mundo aqui já cozinhou alguma vez, tem algum odor característico. Então, esses gases são coletados, os gases odoríficos, e são queimados nas caldeiras. Então, a tecnologia avança cada vez mais, de tal forma que se evite que haja qualquer acidente, o desprendimento de gases que possam ir para a atmosfera. No caso de Três Lagoas, em um deles, houve um derramamento acidental e esses gases acabaram chegando até a cidade. O que a gente coloca é o seguinte: em um dos casos, a empresa está operando há mais de 7 anos no município e houve uma ocorrência, de um acidente; a tecnologia está melhorando cada vez mais, a tecnologia inclusive desta fábrica aqui, vai ser melhor do que a tecnologia das fábricas de Três Lagoas. Então, a tendência é que os riscos sejam minimizados ou de uma ocorrência muito baixa. Inclusive, nesse caso, o que ele citou ai de Correia Pinto, essa é uma fábrica muito antiga, e que também tem problema, é uma probabilidade maior, vamos dizer assim, de dar algum tipo de odor. Como essa fábrica vai ser mais moderna, a tecnologia

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

mais moderna, é muito provável, quer dizer, é certo que os riscos de odor sejam menores do que aconteceu em Três Lagoas. " 11ª pergunta, de Gleiciele Vicente Medeiros, Estudante, direcionada ao Consultor: A queima do licor solta algum gás capaz de influenciar o efeito estufa? Resposta do Consultor: "Até agradeço à pergunta da Gleiciele, muito obrigado pela sua participação também. Então, Gleiciele é o seguinte: realmente, as caldeiras na queima do licor e da biomassa, quer dizer aquelas cascas de madeira são queimadas, o licor do cozimento é queimado; então, são basicamente duas caldeiras que tem a fábrica, de acordo com o que eu demonstrei. Essas caldeiras, pela queima de alta eficiência, geram alguns compostos de CO2 para a atmosfera que, vamos dizer, até contribuem para o problema de efeito estufa. Em compensação, o que se planta de floresta numa fábrica desse tipo, 180 mil hectares de floresta plantada, isso capta CO2 do ar; então, o monóxido de carbono, o dióxido de carbono, isso tudo, o balanço é extremamente positivo para uma fábrica de celulose em função, se você considerar que ela está associada a um plantio florestal, e o plantio florestal capta esses gases que demanda o efeito estufa. Então, nas caldeiras você tem uma produção, mas em compensação, o balanço é extremamente favorável ao empreendedor pelas florestas plantadas que eliminam ou retém os gases da atmosfera de CO2." 12ª pergunta, de Lucia Maria Gardim, direcionada ao empreendedor. A pergunta foi considerada prejudicada pela ausência da autora no plenário. 13ª pergunta, de Zarifa Almeida, Servidora Pública Municipal – COMTUR, direcionada ao Consultor: Em relação ao impacto negativo haverá alteração na qualidade do rio? E quanto às águas do ribeirão Mantena, serão atingidas direta ou indiretamente? Caso sim, como ocorrerá? E o que será feito para proteção do rio? Resposta do Consultor: "O rio Mantena não vai ser utilizado. Nós vamos utilizar o rio Pardo que tem uma vazão superior ao rio Mantena; então, a princípio ele será preservado. Vai haver um emissário passando por cima do Mantena, de uma certa altura, que consiga ainda inclusive haver rafiting ou boia, boiacross. Então, isso tudo a engenharia vai determinar em que altura passar esse emissário por cima do Mantena." Complementacão da resposta pelo empreendedor: "As atividades de bóiacross serão mantidas." Novamente manifestação do Consultor: "Então, a idéia é que está um pouco distante, inclusive até a própria drenagem da fábrica não vai para o Mantena, vai para outro córrego, um pouco mais a jusante; então, ele vai estar totalmente preservado, nem água de chuva deve ir para o Mantena. Com relação ao rio Pardo, onde vai ser captada a água e lançado efluente como foi mostrado pelo Vicente, nós temos aqui o lançamento a montante, montante é para cima, vindo da ponte sobre o rio Pardo, em direção para baixo do rio. Bom, aqui só para vocês terem uma idéia, aqui está a captação, o Mantena ele está aqui, está um pouco escuro, não dá para ver muito bem, mas então o emissário vai passar por

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

cima dele onde vai ter, como eu falei, um cuidado especial com o Mantena aqui. O lançamento vai ser nessa região para baixo da ponte e a captação aqui. De tal forma que qualquer problema que for, eventualmente, lançado alguma coisa indevida, a própria fábrica vai sofrer porque ela está captando para baixo do lançamento. O lançamento é feito aqui, através dos emissários como eu falei, uma rápida diluição, uma rápida mistura com o rio de tal forma que a poucos metros aqui você já não sinta mais a influência dos efluentes no rio. Então, a qualidade da água do rio é influenciada só numa proximidade do lançamento e ela é diluída e autodepurada também ao longo, de forma que quando chega aqui, próximo da captação ou mesmo antes, o rio já volta às condições naturais, isso quer dizer, a qualidade do rio que vem aqui antes do lançamento rapidamente volta às mesmas condições próximo do lançamento. Então, estes são os cuidados que tem, quer dizer, primeiro a eficiência do tratamento, de tal forma que eu jogue, devolva uma água para o rio Pardo de uma condição muito boa, a autodepuração dele, a aspersão dele, tudo faz com que somente nas proximidades tenha alguma influência na qualidade da água. E a captação aqui embaixo também vai ser feita através de um canal bombeado para a fábrica de tal forma que o rio também não sinta diferença em termos de captação e lançamento.”14ª pergunta, de Antonio dos Santos de Almeida, Representante Comercial, Rotary Club, direcionada ao empreendedor: Qual o impacto da instalação da CRPE na desova de peixes, visto que há décadas atrás ocorreu a construção da hidrelétrica de Mimoso e, no ato da instalação, não ocorreu a construção de escadas para propiciar desova equilibrada dos peixes? O Consultor respondeu a pergunta: “Bom essa pergunta é muito específica de uma hidrelétrica. Quando você tem a produção de energia, através de uma hidrelétrica, você tem que barrar o rio mesmo, então você barra o rio, forma um reservatório, desse reservatório você tem a produção de energia elétrica. Não vai ter nesse empreendimento nenhuma barragem no rio Pardo, o que vai ter como eu falei, é um emissário no fundo do rio de tal forma que os peixes vão continuar transitando normalmente. Na época da desova, quando eles sobem o rio, não vai haver nada que impeça eles fazerem essa desova; então, não tem nem um impeditivo do empreendimento, não vai haver nenhuma alteração, nenhuma barragem que impeça a desova dos peixes no rio Pardo. Então esse impacto não existirá” 15ª pergunta, de Weslei Costa, Radialista – Pró-Rio – FM 98,5, direcionada ao consultor: Mais detalhes sobre a captação de água no Pardo e o tratamento e devolução ao rio. Resposta do Consultor: `O tratamento de água, captação de água, geralmente, é feita por um canal que é uma tomada da água, dali você bombeia para uma estação de tratamento de água. É prevista uma estação de tratamento convencional, através da decantação, filtração, cloração e isso é suficiente para a água industrial. Depois disso, passam por

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

filtros onde também se tem uma água potável, esse é o que tem de captação e tratamento de água no sistema bem convencional. O tratamento de efluentes é um tratamento de uma moderna tecnologia onde você tem, basicamente, a retirada de sólidos por decantação e, depois de um tratamento biológico, através de tanques de aeração, você tem grandes tanques de concreto onde se introduz oxigênio e esse oxigênio faz a oxidação, faz a degradação da matéria orgânica que esteja presente no efluente e aí, numa segunda decantação, que é decantação secundária, e dali já está em condições de ser lançado ao rio Pardo em totais condições. Não tem nada que não seja uma tecnologia totalmente adequada, moderna e de alta eficiência. A eficiência no sistema de tratamento de efluentes disso é acima de 95% de remoção da carga poluidora." Senhor Wesley manifestou-se ao microfone: "Bom, primeiramente, boa noite a todos. Gostaria de parabenizá-los pela iniciativa de presentear o nosso município com esse empreendimento e dizer aos senhores e para toda população de Ribas do Rio Pardo, em nome da Associação Pro-Rio, que é uma associação que trabalha a conscientização ambiental no município de Ribas do Rio Pardo há mais de 17 anos. Temos diversas ações que foram lançadas e tomaram o estado através da mídia e o Poder Público abraçou, como a limpeza do rio Pardo, o que é um ato simbólico, e não só simbólico, mas efetivamente, realmente faz um trabalho de visita às margens do rio e limpeza, retirando materiais, lixos e recicláveis que poderiam ter sido captados na cidade. Nós convidamos os senhores a investir no nosso município no sentido de trabalhar essa conscientização ambiental que ela é prioritária, mais do que uma ação direta, à conscientização abrange um número maior de pessoas que nós podemos ter um resultado. Mais pessoas conscientes, mais ações em defesa do nosso meio ambiente. E dizer que a Pro-Rio acredita e recebe com muita felicidade, muita alegria esse empreendimento no nosso município, porque não é só defender a questão ambiental, mas defender também o desenvolvimento sustentável na questão ambiental, social e também em todos os outros setores como segurança pública em nosso município. Obrigado." 16ª pergunta. Na realidade, é uma solicitação da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo, de que faça constar em ata de que a compensação ambiental beneficie o município, através da implantação do Parque Municipal e do Viveiro. O Mediador, Pedro Mendes, respondeu: "Esse assunto nós já havíamos tratado com o Presidente da Câmara, no sentido de que o passo inicial, realmente, é dado no município. Então, a gente consta em ata, mas o dever de casa tem que ser feito aqui, ok?" 17ª pergunta, de Esmeraldo Dias/ Mineração, direcionada ao Consultor: Como é realizado o cálculo do valor de compensação ambiental? Qual o valor e como serão aplicados os recursos? Resposta do Consultor: "Bom, a compensação ambiental é uma obrigação de lei. Isso começou já há bastante tempo na resolução CONAMA; as leis federais e o próprio estado do Mato

Grosso do Sul definiu também critérios para definir o percentual do valor do empreendimento. Então, você tem o valor do empreendimento e um percentual desse valor é destinado para uma compensação ambiental. No caso específico desse, nós calculamos em 0,56% do valor do empreendimento, entregamos ao IMASUL, isso vai ser objeto de discussão com o IMASUL. Mas é 0,56% dos 4 bilhões, que dá aproximadamente um pouco mais de 20 milhões, esse valor ele tem que ser aplicado, por lei, em unidades de conservação. O que é uma unidade de conservação? É uma área de proteção ambiental, é uma reserva biológica e aqui no município de Ribas tem uma área de preservação ambiental, obviamente esse recurso ele é destinada ao IMASUL e o IMASUL é que determina onde que vai ser aplicado esse recurso. Então, a gente também recomenda que seja aplicado aqui no município de Ribas do Rio Pardo.” O Senhor Esmeraldo manifestou-se ao microfone: “Com o devido respeito aos órgãos ambientais do estado, mas é pertinente que a ocorrência do impacto é aqui no nosso município e a destinação é a critério da Secretaria ou do IMASUL. Tá certo? Eu gostaria que o empreendedor nos ajudasse que esse recurso, parte significativa dele não o total, fica onde ocorra.” O mediador, Senhor Pedro Mendes Neto, manifestou-se: “Só a título de informação, a verba de compensação que vai ao IMASUL é dirigida para uma câmara de compensação com vários componentes, com vários segmentos, mas como já dizia o consultor, o estudo apresenta, sim, uma proposta de aplicação no município. Então, a análise vai ser feita no âmbito do IMASUL por essa câmara de compensação, que com as iniciativas que a gente espera da Câmara Municipal e do Prefeito, que a gente possa, realmente, direcionar melhor os recursos para a área do empreendimento.” 18ª pergunta, do Professor Costa Júnior, direcionada ao Consultor: Sobre os dispersores de fluente e captação de água, vocês fizeram um estudo de sedimentação no rio Pardo? Pois seu leito muda periodicamente, e esse lançamento está no leito do rio. Resposta do Consultor: **“**Bom essa tecnologia de colocar o emissário no fundo do rio é uma tecnologia que a gente, como Pöyry, nós temos projetado em outros empreendimentos no Brasil; já fizemos isso para Fibria, Eldorado, Suzano e a gente entende que a tecnologia que ele tem, é um tubo que no final tem dispersores através de bicos de pato que fazem uma dispersão melhor no fundo do rio. Essa informação a gente agradece, se o leito do rio tem uma alteração de nível de copa isso vai ser estudado no detalhamento do projeto. Então nós estamos ainda em uma fase preliminar, eu não tenho detalhamento do projeto ainda feito, são estudos complementares, como esse que está nos alertando, a gente até agradece, se o leito do rio oscila de alguma forma, isso vai ser estudado de tal forma que defina o melhor ponto onde vai ser implantado o emissário. Então, isso vai ser feito em uma fase subsequente do projeto e a gente

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

até agradece o alerta." O Professor Costa Jùnior manifestou-se ao microfone: "Bom, boa noite a todos, sou conhecido como Professor Costa, mas sou Geógrafo de profissão, trabalho na parte ambiental, conheço os rios daqui, inclusive tenho relatórios e dados sobre o rio Pardo e a gente sabe que tem um problema muito grave de assoreamento de rio aqui na nossa região; a causa do nosso solo ser muito degradável e o nosso leito praticamente muda; então, o rio Pardo como a gente conhece, desde a nascente até a foz dele, a gente tem um problema muito grave de mudança de leito, inclusive em 2011, tivemos uma enchente muito grande aqui e algumas partes do curso dele chegaram a mudar totalmente. Então assim, ano a ano o leito muda, por isso, na hora de vocês implantarem o projeto, devem fazer um estudo direcionado e viável para que, futuramente, vocês não tenham que mudar o dispersor de lugar ou terem impacto de sedimentação muito elevada. E também fica um alerta para o empreendedor, a questão da preservação dos nossos rios, das matas ciliares e do processo de assoreamento, o que é muito intenso e muito ainda é efetivo, que venham causar problemas de movimentação de sedimento no rio." Manifestação do Consultor: "Ok. Muito obrigado pelo alerta." 19ª pergunta, de Luiz Antonio Duarte, Engenheiro Mecânico-MSGÁS, direcionada ao empreendedor: Entendemos que o processo de produção, a matéria prima e os resíduos utilizados como energético. Entretanto, não é suficiente para toda a demanda. Pergunta: Existe a preocupação em utilizar um energético mais limpo como o gás natural? Resposta do Consultor: "Bom, a produção de energia é suficiente para a fábrica e mais que isso, vai haver um excedente. Essa energia é gerada em duas caldeiras, como eu mostrei para vocês naqueles slides. Uma é a caldeira de biomassa onde você queima os resíduos, restos de madeira e a outra caldeira, que se chama caldeira de recuperação, onde é queimado o licor do cozimento. Essas duas fontes energéticas, tanto da madeira quanto do licor de cozimento, são suficientes para gerar energia e até ultrapassa; então, não existe nesse momento a intenção de se utilizar gás natural, apesar de passar na frente da fábrica um ramal de gás, não é necessário para fins desse projeto, a utilização de gás natural. Pode ser que em uma partida se pense ,antes das caldeiras estarem funcionando plenamente, antes de estarem gerando energia, pode ser que se pense em utilizar o gás para o início, mas não que seja necessária a utilização do gás." O empreendedor complementou a resposta do Consultor: "Não estou querendo corrigir a resposta do meu colega, mas uma informação adicional é que há consumo de gás natural no forno de cal, nos fornos de cal, no caso que serão dois, da fábrica. Então, normalmente, já há consumo de gás natural, mas posso também informar que esse é um combustível menos eficiente do ponto de vista de limpeza do que o consumo de combustível direto da madeira. Então, há um pequeno desvio de conceito na pergunta, porque o gás

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

natural não é um combustível mais limpo do que a própria madeira". Senhor Luiz manifestou-se ao microfone: "Boa noite. Na verdade, quando usa o gás natural, ele vem substituindo talvez outro combustível que não o licor, talvez ele venha a substituir o óleo combustível, por exemplo, óleo diesel, essa foi na verdade, a pergunta não estava bem feita. Então, o forno de cal, normalmente, tem vários combustíveis além do gás natural, pode ser óleo, pode ser diesel; então, no caso vocês vão usar o gás natural no forno de cal." Resposta do Consultor: "Então, no forno de cal você não tem, quando você me falou, está certa a posição do gás que pode ser utilizada no forno de cal. Quando você falou em produção de energia, a produção de energia é através da caldeira de biomassa e da caldeira de recuperação. Nessas caldeiras a biomassa é suficiente para ser um combustível, vamos dizer assim, e no caso da caldeira de recuperação, é o licor do cozimento que é evaporado e utilizado como combustível. "Manifestação do Senhor Luiz Antonio: "Eu entendo. A pergunta foi feita na verdade para saber se no projeto de vocês tem a utilização do gás natural, porque nós somos a fornecedora de gás natural, já fornecemos para Fibria, vamos fornecer para a Eldorado e passa aqui próximo o ramal de gás. A pergunta, na verdade, era para isso. Saber se existe a intenção de uso do gás natural na fábrica". 20ª pergunta, de Hélio Simões, da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo. O mediador, Senhor Pedro Mendes, informou que é mais um comentário para fazer constar na ata da Audiência Pública: "A compensação social seja negociada e discutida com as entidades representativas do município, para as suas devidas prioridades." Nesse momento, o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, Dr. Marcos Martins de Brito pediu autorização ao mediador Pedro Mendes para manifestar-se ao microfone, sendo autorizado. "Primeiramente, boa noite a todos. Parabenizo o IMASUL pela condução do trabalho, pela noite exitosa hoje e a explanação do empreendedor. Professor, com a devida licença e o devido respeito, eu estou pegando carona em uma questão que foi formulada, uma preocupação da Câmara Municipal e eu, como membro do Ministério Público e advogado da sociedade, essa questão da compensação ambiental e, aqui eu falo, não só como membro, mas como cidadão rio pardense, que a compensação ambiental é um instrumento econômico de compensação. É sabido por todos dos impactos ambientais causados por determinadas atividades, é sabido também que o empreendedor deverá compartilhar com o poder público e a sociedade os custos advindos da utilização da matéria e dos recursos naturais e da implementação de instrumentos de prevenção. Então, aqui como porta voz e advogado da sociedade, é necessário e aqui eu pontuo isso, que se registre em ata, que é um anseio da população e entendimento desse membro, a exemplo do que aconteceu na comarca vizinha, Três Lagoas, de que a compensação ambiental seja destinada ao município de Ribas do Rio Pardo. Diferentemente

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

do posicionamento que o Senhor externou que seria este valor destinado a uma câmara técnica para ai, sim, onde será empregado. Porque entendemos, assim como advogado da sociedade, que essa compensação tem que ser revertido ao município de Ribas do Rio Pardo, porque é daqui que os recursos naturais serão utilizados, e nada mais natural de que aqui fiquem esses valores que sejam revertidos em prol da sociedade. Como disse há pouco, os recursos naturais são daqui retirados, é o princípio do usuário pagador; então, nada mais natural que a sociedade por este membro aqui que advogará se necessário for com uma ação civil pública, a exemplo do que ocorreu em Três Lagoas, para que os recursos aqui fiquem e que sejam revertidos em prol da sociedade. Eu postulo isso e que se registre isso em ata. Muito obrigado." Manifestação do mediador, Pedro Mendes: "Com certeza, será consignado em ata." 21ª pergunta, de Daniel A. Almeida, Médico Veterinário – Rotary Club de Ribas do Rio Pardo, direcionada ao Consultor: Como e quem será o administrador da compensação social? Como entidades devidamente organizadas poderão participar da priorização de recursos. Resposta do Consultor: "Bom, são duas compensações que nós estamos conversando aqui. Uma é essa compensação ambiental definida em lei, que o Promotor brilhantemente defendeu, para que seja aplicada aqui no município. Compensação social é outra compensação, onde o empreendedor pode fazer algumas doações ao município de alguns equipamentos ou de algumas coisas que o município esteja necessitando e, normalmente, tradicionalmente, as empresas desse setor na região se dispõem a colaborar; então, isso é uma coisa que tem que ser definida, não é nesse momento que nós estamos na Licença Prévia, mas na fase seguinte que é Licença de Instalação onde o empreendedor recebe algumas reivindicações do município e busca atender, de acordo com aquilo que é discutido, para que sejam feitas algumas doações ao município, isso se chama compensação social. E o empreendedor está disposto a ouvir e participar desse tipo de discussão." Senhor Daniel manifestou-se ao microfone: "Boa noite a todos, eu represento o Sindicato Rural Patronal de Ribas do Rio Pardo e o Rotary Club de Ribas do Rio Pardo. A minha colocação é no sentido de que nós sabemos e temos informações de, como existe a condução dessa questão de compensação social no município de Três Lagoas, eu gostaria só de deixar em caráter público que nós gostaríamos de contar com o apoio da Senhora Délia, no sentido de instrução para que a nossa instituição Rotary Club, pudesse participar de um comitê de tamanha importância para nosso município e isso que fique registrado, que existe a nossa preocupação social no sentido de melhorar a cada dia a nossa cidade, preparar a nossa comunidade para os nossos descendentes. Era isso." 22ª pergunta, do Professor Costa Júnior, Geógrafo, direcionada ao empreendedor: O senhor relata que a área de abrangência da empresa é de 50 quilômetros, e as demais áreas

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

sendo que temos maciço florestal a cerca de 150 quilômetros da empresa. Existe logística para isso? A logística para isso é possível? Resposta do empreendedor: "A logística para 150 quilômetros é possível, vai ser avaliada pela empresa, não é distância ótima, que a distância ótima é como eu falei, que a gente vai buscar em um raio de até 50 quilômetros, mas isso vai ser avaliado e vai ser estudado." O Professor Costa Júnior manifestou-se ao microfone: "Só queria usar alguns dados que você mesmo explanou ali, que vocês vão chegar ao auge de 180 mil hectares; você falou que está com 32 mil plantados e nosso Prefeito aqui explanou que está com mais ou menos 142 mil de área plantada no município. Eu falo porque conheço o município, nós temos alguns maciços florestais que estão além desse perímetro que você falou e muitos deles sem logística de rodovia, de vias, mesmo vicinais. Caminhão, por exemplo, não vai chegar lá de jeito nenhum. Estou querendo assim, esse pessoal que implantou, investiu e não é pouco, é muito, que esperança eles vão ter de ter essa ajuda ou não da empresa? Essa que é a nossa preocupação, se eles vão ter o apoio da empresa ou não, ou se esse maciço vai se perder?" Resposta do empreendedor: "Eu acho que a resposta é a seguinte: todo esse maciço que fica na região de Ribas do Rio Pardo, num raio de abrangência economicamente viável para a empresa, ele vai ser considerado e vai ser buscado, se é uma questão logística que é o problema, aí de novo como nós havíamos comentado, a idéia é que a gente conte com a Prefeitura e com o estado para ter logística suficiente para a gente chegar e extrair essa madeira. Mas, ficando aqui na região, eu posso dizer que quase certamente que vai ser utilizada." 23ª pergunta, de Silvio dos Santos Menezes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, direcionada ao empreendedor: Qual o projeto da empresa a ser desenvolvido em parceria com a agricultura familiar no município ou ainda não existe nenhum? Resposta do empreendedor: "A gente tem planos de incentivar a agricultura familiar através da, a gente tem a produção própria de mudas que vai fornecer para esses produtores e dar condição para que ele plante e depois a gente faz a colheita. Na parte da agricultura familiar, vai ser basicamente um projeto, o qual a gente vai ajudar, tanto com fornecimento de mudas, quanto com o plantio; no plantio do que for necessário." Manifestação do Senhor Silvio ao microfone: "Boa noite à mesa. Eu refiro à agricultura familiar porque a própria Fibria mesmo, ela desenvolveu um trabalho em parceria com governo federal voltado a agricultura familiar. E eu queria saber de você se já tem uma fala com governo federal nesse sentido, em referência à agricultura familiar do nosso município que está com crescimento; nós temos nossa feira livre que já faz um ano, o pessoal está produzindo e tendo em vista que vai precisar também do apoio deles aqui no nosso município também." Manifestação do empreendedor: "Bom, a gente ainda não tem esse esforço feito com governo federal, mas a gente, isso faz parte da

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

nossa pauta e a gente vai, com certeza, buscar ter o apoio e dar, aliás, dar o apoio para agricultura família, assim que possível e assim no momento certo também." 24ª pergunta, de Joaquim Ricartes Oliveira, Engenheiro, direcionada ao Consultor: Da responsabilidade, compromisso e solução do impacto referente a saneamento básico na cidade de Ribas do Rio Pardo, tendo em vista o inevitável crescimento populacional. Resposta do Consultor: "O empreendimento tenta não depender nada do saneamento do município. Então, todo o esgoto tratado, o esgoto gerado na fase de obra é tratado dentro do empreendimento para o contingente populacional que vai lá. Mesmo para os alojamentos, também é previsto tratar o esgoto de cada alojamento que tem 2.500 funcionários, vai ter especificamente o esgoto tratado desse contingente, inclusive água também. A intenção é que se tenha um poço de água em cada alojamento, que não se dependa do abastecimento de água do município. Então, a idéia é que, tanto os trabalhadores, quanto a operação da fábrica, não dependa do saneamento da cidade de Ribas. É claro que o aumento da população vai demandar investimentos do setor público, Sanesul. Isso é normal que aconteça. Eu sei que hoje já tem uma estação de tratamento de esgoto que está atendendo e vai atender plenamente à população, eu visitei esta estação, mas obviamente, com o crescimento da população, que deve ser espontâneo no município, os investimentos serão necessários, mas que dependa para o empreendimento, não. O empreendimento é autosuficiente, tanto de água, como de esgoto e de resíduos sólidos, que faz parte do saneamento." 25ª pergunta, de Zilda Lima, Professora, direcionada ao empreendedor: Qual a contrapartida da empresa em relação ao impacto social, sendo que o município receberá muitos trabalhadores de fora? Criação de creches, escolas. Resposta do Consultor: "É, sobre a compensação social, nós conversamos aqui já que vai ser discutido e o empreendedor está disposto a essa discussão. O pessoal que vem de fora é inerente, até porque, apesar de haver cursos profissionalizantes, apesar de ter mão de obra disponível na cidade para um contingente de quase 10 mil no pico, uma média de 3 mil funcionários ao mês, tem que ter gente de fora, não tem jeito; então, isso tudo vai ser colocado nos alojamentos e na época de desmobilização é colocado em contrato que esse pessoal volta para sua cidade de origem. Os contratados da construção, da montagem, tem que ter um gerenciamento de tal forma que se tenha um controle melhor, que esse pessoal volte para as suas regiões de origem." 26ª pergunta, de Evandro Rocha, Técnico de Segurança, direcionada ao empreendedor: Qual será o objetivo na questão de evitar acidentes de trabalho, saúde, segurança e bem estar do colaborador da empresa? Resposta do Consultor: "Bom, faz parte inclusive dos programas ambientais, não deveria ser tanto ambiental, mas isso é norma no Ministério do Trabalho, tem um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e também um Programa de Proteção ao

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br

Trabalhador, uso de EPIs, tem uma série de normas que são regulamentadas pelo Ministério do Trabalho e essas normas, todas regulamentadoras, têm que ser efetivamente colocadas em prática, CIPA, esse tipo de coisa que é normal dentro do empreendimento industrial desse porte. E isso tudo é fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e todas as normas referentes à segurança do trabalhador serão respeitadas, com certeza." O mediador, Pedro Mendes informou que não efetuaria o questionamento do Senhor Antonio Alves Bertolucci porque ele não está vinculado à apresentação do empreendimento e nem ao estudo ambiental. Só que é uma pergunta que vai constar no processo naturalmente para análise dos técnicos. Oito perguntas encaminhadas à mesa foram consideradas prejudicadas, não foram respondidas em razão da ausência de seus autores no plenário. No entanto, elas farão parte do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. O mediador explicou que foram encerradas as perguntas que chegaram à mesa, e encaminharia aos procedimentos finais da audiência. Inicialmente, ele agradeceu imensamente a todos que ficaram, dado o adiantado da hora, agradeceu aos representantes da empresa e da Pöyry que tão bem conduziram as respostas, à Délia que secretariou a mesa e coordena o trabalho da equipe do IMASUL, ao Prefeito, a comunidade de Ribas, a equipe de Cerimonial que sempre apoia com perfeição. Agradeceu, mais uma vez, a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, desejando que cada um possa voltar aos seus lares com a proteção de Deus. O mestre de cerimônia, Senhor Josiel Quintino informou que a Audiência Pública foi uma realização da SEMAC e do IMASUL, e o cerimonial esteve sob a responsabilidade de América Comunicação e Eventos e agradeceu a presença de todos. Eu, Maria José Alves Martins, Educadora Ambiental do IMASUL, lavrei a presente ata que vai por mim assinada.

Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, S/N, Setor III – Parque dos Poderes CEP 79031-902 Fone (67) 3318-6000
www.imasul.ms.gov.br